

Expediente contínuo

Em Brasília, até o bate-papo é sobre governo

Em qualquer cidade brasileira, o expediente sempre acaba. Bate o horário, termina o serviço, o cidadão pega suas coisas e vai tratar de sua vida. Se é sexta-feira, fica nisso até segunda, quando recomeça o expediente. Em Brasília, não é assim. O governo não acaba nunca. Não acaba de noite, não acaba no fim de semana, porque todos os personagens envolvidos com a administração continuam se encontrando depois do expediente. E aí, conversa vai, negociação vem, estão todos de novo a serviço. Da pátria, por certo, mas também de seus próprios interesses pessoais.

É fatal. Mesmo que o funcionário resolva jantar a sós com sua mulher, não vai conseguir encerrar o expediente. Primeiro há uma grande possibilidade de sua mulher ser também uma funcionária. Segundo, mesmo que ela trabalhe em algum setor privado, certamente terá algo a ver com o governo e, possivelmente, com as funções do marido. Digamos que a mulher seja jornalista — e o marido pode ser uma fonte de notícias — ou representante de agências de publicidade — cujos clientes são órgãos do governo, dos quais o marido certamente terá alguma informação — ou trabalhe como vendedora de automóveis — e o governo é de novo o principal cliente.

E se a mulher for engenheira de uma empresa de construção civil que cometa a insensatez, em Brasília, de

recusar-se a trabalhar para órgãos do governo? Não vai adiantar. A empresa vai construir para funcionários do governo, parlamentares, servidores do Congresso e do Judiciário. Se o marido, por exemplo, for funcionário da área econômica, responsável pela suspensão da URP, terá de certo modo contribuído para reduzir o mercado de trabalho de sua mulher.

Imaginemos agora que uma mulher não trabalhe. Também não adianta. Suas amigas donas-de-casa serão elas também esposas de funcionários, vizinhas que têm muito a falar sobre a situação dos maridos que trabalham para o mesmo governo.

E a última tentativa. Digamos que o funcionário consiga levar para o restaurante uma mulher que não tenha absolutamente nada a ver com o governo, nunca tenha ouvido falar de gratificação de gabinete e pouco se importe que o presidente José Sarney fique quatro ou cinco anos. Uma mulher que só queira falar de uma raríssima edição da *Odisséia* que acabou de ganhar. Conseguirá?

Nenhuma chance. O funcionário vai encontrar um colega de ministério, um jornalista, um parlamentar, um fornecedor do governo — pessoas que darão uma olhada na *Odisséia* e comentarão: “Puxa, em grego clássico? O Celso tem cada uma... Ah! Não é edição financiada pelo Ministério da Cultura? Bom, mas, escuta”, dirigindo-se ao funcionário: “Será que tem chance de um novo choque na economia?” Ou então perguntará de assuntos mais específicos: “Você sabe por acaso quando vai sair aquela concorrência para a compra de *clips*?”

Uma conversa de elevador ou um bate-papo numa mesa de chope, após o tênis, podem ter efeitos devastadores, por exemplo, sobre as folhas de pagamento do estado. Como? O funcionário da Fazenda fica sabendo que no Ministério dos Transportes cargos parecidos com o seu dão direito a uma nova gratificação. O funcionário do Banco do Brasil vai jogar bola com uma turma do Banco Central e fica sabendo que lá estão pagando mais 10% pela quarta hora extra. E começa a correr assim a prática da equiparação e da isonomia, um fenômeno que atormenta planos do ministro da Fazenda e tumultua as contas do estado.

